

## Jungmann defende intimação de 94 parlamentares por CPI

O vice-presidente da CPI dos Sanguessugas, deputado Raul Jungmann, defendeu a notificação de pelo menos 94 dos 105 parlamentares acusados pelo empresário Luiz Antônio Trevisan Vedoin de envolvimento com o esquema de compra de ambulâncias. Jungmann afirmou que, “dos parlamentares citados pelo Luiz An-

tônio Vedoin, 40 receberam em dinheiro vivo, dez receberam em sua conta corrente particular, cinco por meio de parentes, sendo três esposas; 34 receberam em depósitos em contas correntes de assessores e outros cinco receberam um automóvel BMW, um ônibus, um automóvel Fiat ou outras formas de pagamento”. **Página 2**

## Paulo Octávio quer estimular a entrada de turistas no país

Projeto do senador delega ao Ministério do Turismo poderes para isentar da exigência de visto a entrada de turistas no país. O objetivo é facilitar a concessão de vistos a pessoas originárias de países que tradicionalmente mais enviam turistas ao Brasil. Paulo Octávio lembra que o país recebe apenas um em cada grupo de 300 turistas que viajam pelo mundo. **Página 4**



Paulo Octávio: turismo é responsável por 8% das exportações mundiais

Rosevelt Pinheiro

## Lúcia Vânia condena proposta sobre produtividade de terras



Lúcia Vânia diz que seu projeto está parado por ação da base do governo

A senadora criticou o governo federal por estar preparando norma que obriga as propriedades a reajustar os índices de produtividade mínima de terras agrícolas. Segundo Lúcia Vânia, a medida visa aumentar o estoque de áreas destinadas à reforma agrária. Ela cobrou votação de projeto de sua autoria que dá prazo de dois anos para adaptação a novas regras. **Página 2**



Ata de intenção de cooperação é assinada por integrantes da CPCM (agora presidida por Zambiasi, na foto menor) e pelo chefe da delegação da Comissão Européia



Ass. Imp. Com. Mercosul/Fernando Rosa

Célio Azevedo

# Parlamento do Mercosul pode ser instalado já em novembro

Sérgio Zambiasi faz anúncio logo depois de assumir em Córdoba, na Argentina, a presidência da Comissão Parlamentar Conjunta

Está prevista para 6 de novembro a instalação – em Montevideu, no Uruguai – do Parlamento do Mercosul. Para que isso ocorra, será necessária a ratificação, pelos Congressos nacionais de Argentina, Brasil e

Uruguai, do protocolo que estabelece sua criação. O senador Sérgio Zambiasi prometeu empenhar-se, ao longo de todo o segundo semestre, para que o novo órgão seja, desde o início, democrático, plural, transparente e austero. Por meio

de entendimento, a União Européia deverá prestar assistência técnica e financeira – no valor de 900 mil euros – para instalação do parlamento. Os presidentes dos países do Mercosul também se reúnem em Córdoba. **Página 3**

### LEGISLATIVOS DOS PAÍSES DO MERCOSUL

PAÍS	ARGENTINA	BRASIL	PARAGUAI	URUGUAI	VENEZUELA
<b>Parlamento</b>	Bicameral (Congreso)	Bicameral (Congreso Nacional)	Bicameral (Congreso)	Bicameral (Asamblea General)	Unicameral
<b>Casas</b>	Cámara de Diputados e Senado	Cámara dos Diputados e Senado Federal	Cámara de Senadores e Cámara de Diputados	Cámara de Representantes e Cámara de Senadores	Asamblea Nacional
<b>Composição</b>	257 deputados e 72 senadores, 3 por província	513 deputados e 81 senadores, 3 por estado	80 deputados e 45 senadores	99 representantes e 30 senadores	167 deputados
<b>Mandatos</b>	Deputados: 4 anos e senadores: 6 anos	Deputados: 4 anos e senadores: 8 anos	Deputados e senadores: 5 anos	Deputados e senadores: 5 anos	Deputados: 5 anos

Deputado afirma que suspeitos de participação em fraudes receberam pagamento de várias formas, como dinheiro vivo, depósito em conta corrente e até mesmo um carro BMW

## Para Jungmann, 94 parlamentares devem ser notificados logo por CPI

O vice-presidente da CPI dos Sanguessugas, deputado Raul Jungmann (PPS-PE), defendeu a notificação imediata, pelo colegiado, de pelo menos 94 dos 105 parlamentares citados em depoimento pelo empresário Luiz Antônio Trevisan Vedoin.

Ao ser interrogado durante sete dias pelo juiz Jefferson Schneider, da 2ª Vara Federal de Cuiabá, o empresário associou diversos congressistas ao esquema de compra superfaturada de ambulâncias, adquiridas por meio de emendas ao Orçamento federal e de licitações fraudulentas que contariam com a participação de empresas da família Vedoin.

– Dos parlamentares mencionados pelo Luiz Antônio Vedoin, 40 receberam em dinheiro vivo, dez receberam em sua conta corrente particular, cinco por meio de parentes, sendo três esposas;



Jungmann: provas sobre participação no esquema de fraudes estão documentadas

34 receberam em depósitos em contas correntes de assessores e outros cinco receberam um automóvel BMW, um ônibus, um automóvel Fiat ou outras formas de pagamento, totalizando 94 parlamentares – afirmou Jungmann.

O levantamento foi feito pelo deputado a partir da análise dos autos do depoimento.

Jungmann disse que, ao concluir a leitura do documento, sentiu um misto de “desprezo e vergonha”. Segundo ele, todas as provas que reforçam o envolvimento de parlamentares no esquema de venda das ambulâncias estão documentadas.

– Sem equívoco, a negligência, a banalidade, a facilidade, a envergadura, a sem-vergonhice com que isso era feito deve levar todos nós a uma posição efetiva. Não temos qualquer motivo, compromisso ou atenuante de postura que não seja o respeito restrito à lei e ao direito de defesa a todos. Infelizmente, não posso dizer que isso parou de ser feito, até porque nós relacionamos apenas uma empresa a esse esquema criminoso – assinalou.

## Município pode ter mais prazo para plano diretor

Os municípios poderão ter prazo até o final do próximo ano para a elaboração e a aprovação de seus planos diretores, se for aprovado projeto de lei de autoria do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA). A proposta deverá constar da pauta da próxima reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), onde receberá decisão terminativa.

De acordo com o Estatuto da Cidade, o referido prazo encerra-se este mês. A elaboração do

plano diretor, segundo a lei, é obrigatória para todos os municípios que possuam mais de 20 mil habitantes ou que integrem regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas.

No entendimento de Flexa Ribeiro, é necessário prazo mais dilatado para que os municípios cumpram a determinação legal, “pois o processo de constituição do plano diretor exige mediação de conflitos, além de aporte técnico”.

O senador destaca que a Constituição de 88 tratou pela primeira vez da questão urbana, que já na década de 80 envolvia três quartos da população brasileira. Ele salienta que o plano diretor, segundo a norma constitucional, é instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana e também o modelo de cumprimento da função social da propriedade, por contribuir para combater a ociosidade do solo urbano.

## Lúcia Vânia critica proposta sobre produtividade de terras agrícolas

Ao comentar matéria do *Diário da Manhã*, de Goiânia, a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) criticou em Plenário o governo federal por estar preparando instrução normativa que obriga as propriedades rurais a reajustar os índices de produtividade mínima de terras agrícolas. Ela destacou que o objetivo da medida em elaboração é aumentar o estoque de áreas destinadas à reforma agrária.

– Além de não reconhecer as questões econômicas enfrentadas pelo setor primário, a proposta exige a adequação imediata aos índices a partir da aquiescência do presidente Lula – disse.

Reclamando da falta de discussão da proposta do Executivo, Lúcia Vânia referiu-se a projeto (PLS 202/05) de sua autoria que estabelece prazo de dois anos para a adaptação das propriedades rurais aos novos índices a serem estabelecidos. A senadora propõe ainda que os indicadores de produtividade sejam fixados



Lúcia Vânia defende projeto de sua autoria que está parado em comissão

pelos ministros da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário.

Lúcia Vânia lamentou o fato de o projeto estar parado na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária devido à ação de membros da base do governo.

– Desde novembro do ano passado o projeto está parado, apesar dos apelos do presidente da comissão, senador Sérgio Guerra [PSDB-PE], para que seja devolvido e colocado em discussão – acrescentou.

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Plenário tem sessão não-deliberativa às 9h

Os trabalhos do Plenário estão marcados para começar às 9h. A sessão é não-deliberativa, ou seja, sem a votação de projetos. Ela é destinada a pronunciamentos e debates entre os senadores, a comunicados de lideranças partidárias ou da Mesa diretora e à apresentação de proposições. As votações serão retomadas na primeira semana de agosto, quando está previsto o esforço concentrado de deputados e senadores para garantir a votação da agenda legislativa antes do período eleitoral.

### Jovens celebram a paz na Praça dos Três Poderes

A partir das 14h30, cerca de 1.500 jovens, entre escoteiros de todo o Brasil e de países convidados e alunos da rede pública do Distrito Federal, se reunirão na Praça dos Três Poderes para celebrar a paz. Os jovens que participam da atividade vão fazer a visita guiada às duas Casas legislativas, formarão uma pomba em frente ao Congresso, onde também estenderão uma colcha de retalhos com os lenços dos escoteiros. A atividade será encerrada com o toque de 400 tambores.

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros

**1º Vice-Presidente:** Tião Viana

**2º Vice-Presidente:** Antero Paes de Barros

**1º Secretário:** Efraim Morais

**2º Secretário:** João Alberto Souza

**3º Secretário:** Paulo Octávio

**4º Secretário:** Eduardo Siqueira Campos

**Suplentes de Secretário:** Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia

**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg

**Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Helival Rios

**Diretor do Jornal do Senado:** Eduardo Leão (61) 3311-3333

**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

**Diagramação:** Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

**Arte:** Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 3311-3332

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

### AGÊNCIA SENADO

**Diretora:** Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

**Chefia de reportagem:** Davi Emerich, Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

**Edição:** Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

**Site:** [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - **E-mail:** [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
**Tel.:** 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Sibá Machado, Paulo Octávio e Almeida Lima e pela senadora Lúcia Vânia



Rosenvelt Pinheiro

Antero sugere regras sobre execução e aplicabilidade de atos internacionais

## Projeto de Antero regulamenta a adoção de tratados

Projeto de lei que estabelece normas com relação aos tratados internacionais em que o Brasil seja parte encontra-se na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e poderá ser votado no início de agosto.

A proposta (PLS 98/06) foi apresentada pelo senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) com a finalidade de estipular regras sobre conclusão, execução, integração, eficácia, aplicabilidade, interpretação e término da validade desses tratados.

A Lei de Tratados – como o senador denomina a proposição – visa abordar a aplicação de acordos internacionais de proteção dos direitos humanos dos quais o Brasil participe e ainda os tratados regionais e de integração, além das normas gerais aplicáveis aos tratados internacionais, conforme explicou Antero na justificativa do projeto.

O senador explicou que a proposta é de lei complementar porque também trata da aplicação dos acordos internacionais em relação a assuntos tributários. Ele informou que a Constituição exige essa modalidade legislativa quando se trata de regulamentar matéria tributária.

– Os equívocos históricos que vêm ocorrendo no Brasil, desde a época do Império, envolvendo a aplicação dos tratados internacionais, têm aumentado a cada dia, muitas vezes por falta de conhecimento teórico dos nossos próprios tribunais superiores. Há necessidade de sistematizar a aplicação dos tratados no Brasil.

De acordo com a proposta, ficará proibida a ratificação de tratados que contrariem a forma de celebração estabelecida na Constituição. O relator, Arthur Virgílio (PSDB-AM), apresentou substitutivo ao projeto. Posteriormente à decisão da CRE, a proposição ainda será analisada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e pelo Plenário do Senado.

Funcionamento do Legislativo do bloco depende da aprovação de protocolo pelos Congressos do Brasil, Argentina e Uruguai

# Parlamento do Mercosul se instala este ano

O Parlamento do Mercosul deverá ser instalado no dia 6 de novembro, na cidade de Montevideu, segundo anúncio feito ontem pelo senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), logo depois de receber das mãos da senadora argentina Graciela Bar a presidência *pro tempore* da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (CPCM), na cidade de Córdoba, onde o colegiado realiza a 27ª reunião plenária. Zambiasi prometeu empenhar-se, ao longo de todo o segundo semestre, para que o novo órgão seja desde o início democrático, plural, transparente e austero.

– Não vamos fazer de Montevideu um lugar de lazer parlamentar, mas sim um lugar de

muito trabalho, comprometido com a cidadania “mercosulina” – declarou Zambiasi logo após tomar posse.

Para que o novo parlamento seja de fato instalado na data prevista, porém, ainda será necessária a ratificação do protocolo que estabelece a sua criação, pelos Congressos nacionais de Argentina, Brasil e Uruguai. O Paraguai foi o único dos sócios do bloco que já ratificou o protocolo. Na Argentina e no Uruguai, a proposta já se encontra no Senado. No Brasil, aguarda deliberação da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados.

O deputado federal Mauro Passos (PT-SC) foi encarregado por

Zambiasi de acompanhar cada etapa da tramitação do protocolo na Câmara. O deputado anunciou que solicitará ao presidente da Câmara, Aldo Rebelo, prioridade para a votação da matéria durante o esforço concentrado previsto para o mês de agosto. Caso seja aprovado pela Comissão de Justiça, e, em seguida, pelo Plenário da Câmara, o protocolo poderá chegar ao Senado ainda a tempo de ser apreciado dentro da meta de instalação do Parlamento, no início de novembro.

– Se houver acordo para valer, o protocolo pode ser aprovado logo, uma vez que não é o tipo de matéria que sirva para uma eventual barganha entre governo e oposição. Mas é preciso lembrar



Célio Azevedo

Sérgio Zambiasi é novo presidente da Comissão Parlamentar Conjunta

que as últimas semanas mostraram uma Câmara um tanto arredia à aprovação de qualquer matéria – observou Passos.

## Seminário debaterá em Porto Alegre a integração fronteiriça

Cronograma de trabalho aprovado ontem pela Comissão Parlamentar do Mercosul prevê a realização no mês de agosto, em Porto Alegre, de um seminário sobre questões ligadas à integração fronteiriça. Em setembro e outubro ocorrerão reuniões técnicas sobre detalhes do processo de incorporação da Venezuela. Em novembro se instalará o Parlamento e, em dezembro, teria lugar no Brasil nova cúpula.

Parlamentares da Venezuela já atuaram nas discussões da reunião plenária da comissão, cujo tema principal foi a instalação do Parlamento. Não foram debatidos temas polêmicos como a disputa entre Argentina e Uruguai em torno da instalação, em território uruguaio, de duas fábricas de celulose. Sérgio Zambiasi ressaltou o clima de união entre deputados e senadores dos cinco países e o início efetivo do trabalho legislativo regional.

– Pela primeira vez senti o Parlamento pulsando verdadeiramente, durante esta reunião. Ao me perguntarem, aqui em Córdoba, com que espírito chegava a este encontro, respondi que me apresentava como cidadão do Mercosul.



Ass. Imp. Com. Mercosul/Fernando Rosa

Reunida em Córdoba, na Argentina, comissão decide recomendar aos países-membros uma ofensiva contra a exploração do trabalho escravo

## Combate à prostituição infantil na pauta do bloco

A Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul decidiu ontem, em Córdoba, na Argentina, recomendar aos países do bloco econômico que coordenem suas ações e seus organismos para consolidar a prevenção do trabalho infantil, por meio da harmonização de medidas e da atualização informativa, com o objetivo de “evitar o crescimento desse flagelo à infância”.

Por sugestão de Sérgio Zambiasi, novo presidente da CPCM, a recomendação incluirá um pedido para que os países do bloco igualmente se empenhem em um trabalho conjunto contra a prostituição infantil e o trabalho escravo. Ele observou que, apesar de bem-sucedidas campanhas pro-

movidas pelo governo do Brasil, a exemplo de ações do Ministério do Turismo contra a exploração da prostituição infantil, os dois problemas ainda afetam a sociedade brasileira.

Também foi aprovada indicação para que os Estados-partes promovam estudos destinados a implementar um Cluster Embrionário do Mercosul. O texto aponta como “imperioso” o movimento para a melhoria genética das raças bovinas dos países que integram o bloco econômico. A própria abertura de novos mercados para os produtos do Mercosul, adverte o documento, demandará “grandes esforços e férreos compromissos” do Estado e dos setores privado e acadêmico.

Outro tema debatido na reunião foi a criação de um Escritório de Registro e Equivalência de Títulos de Graduação para o Exercício da Atividade Acadêmica. Uma recomendação nesse sentido começou a ser discutida, mas deverá ser votada apenas durante a próxima reunião plenária da comissão, uma vez que os parlamentares não chegaram a um texto de consenso.

Zambiasi considerou “bastante delicado” o tema da equivalência de diplomas universitários entre os sócios do Mercosul. Ele observou que médicos brasileiros formados na cidade argentina de São Tomé, vizinha a São Borja (RS), não podem exercer sua profissão no Brasil.

Para senador, benefícios melhorariam vida de trabalhadores, mas seria preciso antes que os empregadores encontrassem fonte de recursos para custeá-los

## Sibá apóia veto de Lula a FGTS de empregados domésticos

O senador Sibá Machado (PT-AC) defendeu ontem o veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à obrigatoriedade de recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para empregados domésticos e à multa de 40% em caso de demissão sem justa causa, aprovados pelo Congresso Nacional. Segundo o senador, é indiscutível que os benefícios vetados melhorariam a vida desses trabalhadores, mas seria preciso antes que os empregadores encontrassem uma fonte de recursos para custeá-los.

Sibá lembrou que a categoria profissional reúne 6,4 milhões de pessoas no Brasil e que esse tipo de trabalho é injustificado. Ele disse que, quando não dá certo o convívio do empregado com a família que o contrata, “o profissional é muito maltratado”.

– É sabido que na maioria das famílias com renda de R\$ 2 mil já é contratado um empregado doméstico. Quando o empregado consome alguma coisa, uma pasta de dente ou até mesmo um prato de comida, é descontado do



Sibá Machado: CUT deve assumir a tarefa de organizar a categoria

seu salário – afirmou.

Para Sibá, a medida provisória (MP) 284/06, encaminhada pelo presidente da República ao Congresso após os vetos, fecha um “ciclo virtuoso”, pois corrige as “distorções” aprovadas pelos parlamentares. O senador sugeriu que a Central Única dos Trabalhadores (CUT) assumira a tarefa de organizar a categoria de empregados domésticos, pois

esta “é desprovida de uma associação, de um sindicato”.

Sibá propõe que a CUT ofereça qualificação profissional, fiscalize a relação dos empregados com as famílias, assistência social na área de creches e escolas, melhore os serviços médicos e preste assistência sociojurídica. Esse, de acordo com Sibá Machado, seria o segundo passo após a MP 284/06.

## Paulo Octávio quer facilitar entrada de turistas

Paulo Octávio (PFL-DF) defendeu ontem, em pronunciamento no Plenário, a aprovação de projeto de sua autoria que delega ao Ministério do Turismo poderes para isentar da exigência de visto a entrada de turistas no país. A idéia é facilitar a concessão de vistos a pessoas originárias de países que tradicionalmente mais enviam turistas ao Brasil. Hoje, a decisão sobre vistos cabe ao Ministério das Relações Exteriores.

Paulo Octávio sustentou que os brasileiros têm de tomar medidas que facilitem a entrada de turistas, considerando inadmissível

que o Brasil receba apenas um em cada grupo de 300 turistas que viajam pelo mundo, apesar do potencial turístico do país.

– Lamentavelmente, o Brasil ocupa apenas o 34º lugar no ranking mundial do turismo, um



Projeto de Paulo Octávio delega ao Ministério do Turismo poderes para dispensar exigência de vistos

desempenho pífio – afirmou.

O projeto do senador já passou pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), na qual recebeu emenda que estende ao Ministério da Justiça o poder de decidir sobre a concessão de

vistos.

O turismo cresceu tanto nas últimas décadas, conforme Paulo Octávio, que hoje é responsável por 8% de todas as exportações mundiais, gerando 180 milhões de empregos. Ele lembrou que o Plano Nacional do Turismo reserva só para este ano R\$ 1,8 bilhão para incentivar o turismo interno e promover o Brasil no exterior.

O parlamentar entende que um país com potencial turístico não pode se dar ao luxo de dificultar a entrada de estrangeiros, impondo-lhes uma burocracia capaz de afugentá-los. Acrescentou ainda que a legislação brasileira sobre o assunto está ultrapassada, ao fazer “exigências descabidas” em nome de uma reciprocidade com outros países no tratamento dado aos viajantes.

– É evidente que o PT não fica satisfeito ao ver decisão que coíbe o uso da máquina pública a serviço de candidaturas – afirmou.

Heráclito Fortes (PFL-PI) registrou sua solidariedade ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que teria sido criticado pelo presidente do PT, Ricardo Berzoini, pela decisão de proibir a distribuição, em escolas públicas, de cartilhas que tratam do programa Fome Zero e trazem a logomarca do governo federal. Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, a determinação do TSE foi motivada por representação encaminhada pelo PSDB e PFL, que questionaram a distribuição desse material em período eleitoral.

Heráclito também condenou o veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à obrigatoriedade de concessão do FGTS ao empregado doméstico. Essa medida demonstraria, na sua opinião, que “o que os petistas pregavam em praça pública não é o que



Almeida Lima afirma que Infraero e Anac não fiscalizam nem punem irregularidades

## Almeida Lima critica atendimento das companhias aéreas nacionais

Ao discursar ontem em Plenário, Almeida Lima (PMDB-SE) criticou os serviços prestados pelas companhias aéreas nacionais. Ele afirmou que “essas empresas não têm capacidade operacional para atender a demanda existente, sobretudo neste momento, com a crise da Varig”.

– Isso representa risco de vida para os passageiros e para as tripulações – advertiu o senador, acrescentando que, entre janeiro e maio deste ano, foram embarcados no país 42,287 milhões de passageiros, tanto em vôos domésticos como internacionais.

O parlamentar também criticou as atuações da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero), responsável pela administração de mais de 60 aeroportos, e da Agência Nacio-

nal de Aviação Civil (Anac), que tem entre seus objetivos fiscalizar o setor.

– Não há fiscalização nem há punição – declarou.

O parlamentar observou ainda que os atrasos de vôos se tornaram regra e teriam como causa a falta de tripulações suficientes para atender a demanda. Além disso, haveria, de acordo com ele, aeronaves “sendo utilizadas permanentemente”, sem que haja tempo para a realização dos serviços de manutenção preventiva.

Almeida Lima ressaltou que está cogitando a possibilidade de sugerir ao Senado a abertura de uma comissão parlamentar de inquérito para apurar eventuais irregularidades cometidas pelas companhias aéreas.

## Heráclito se solidariza com TSE diante de críticas do PT



Heráclito Fortes: PT reage a “decisão que coíbe uso da máquina pública”

desejavam praticar ao chegar ao poder”.

O senador comentou ainda decisão da Justiça de São Paulo de recusar queixa-crime apresentada pelo PT contra o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. A ação teria sido motivada pela declaração “ética no PT é roubar”, feita pelo ex-presidente da República em entrevista à revista *IstoÉ* em fevereiro passado.